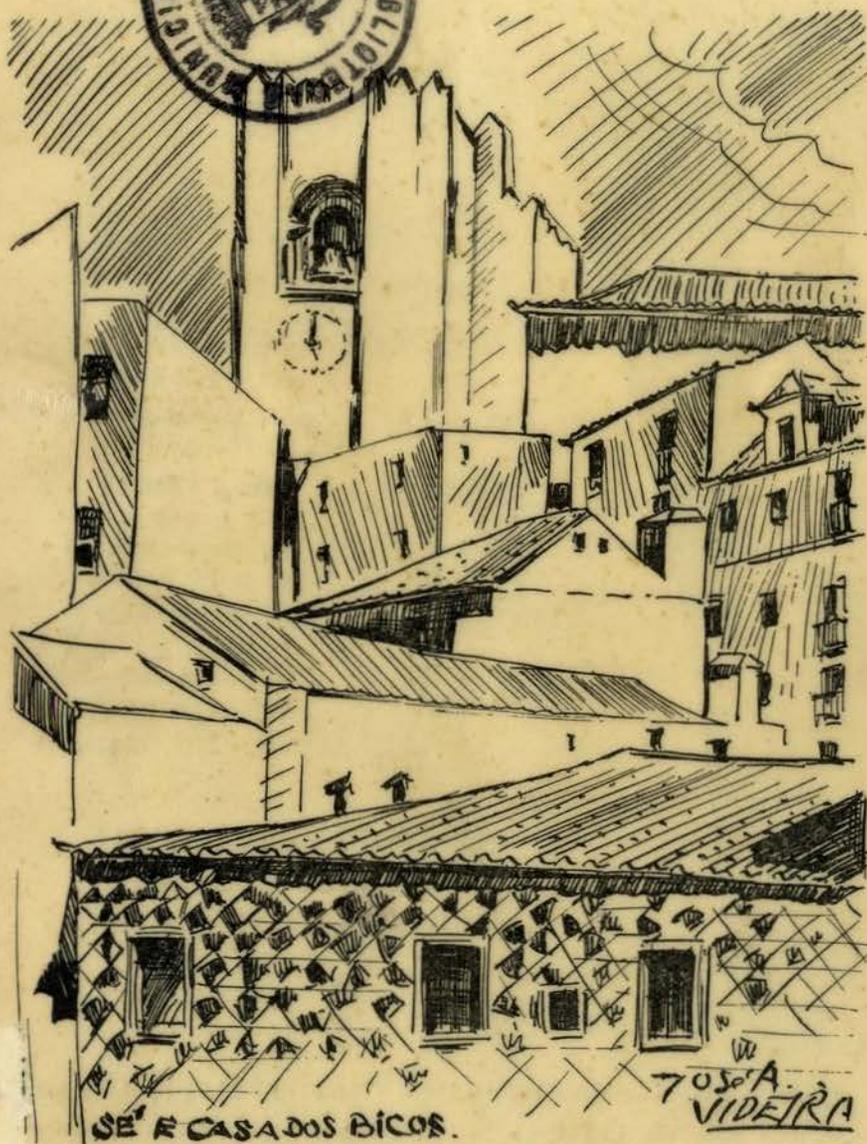


OLISIPO

Boletim Trimestral do Grupo
"AMIGOS DE LISBOA"



Outubro/1963
Ano XXVI
N.º 104





S.G.

SOCIEDADE GERAL

**DE
COMÉRCIO,
INDÚSTRIA
E
TRANSPORTES**

CARREIRAS REGULARES

DIAS 10, 15 e 25 DE CADA MÊS

**METRÓPOLE • CABO VERDE
E GUINÉ**

MENSAIS

**METRÓPOLE • S. TOMÉ E PRÍNCIPE
E A N G O L A**

DE 21 EM 21 DIAS

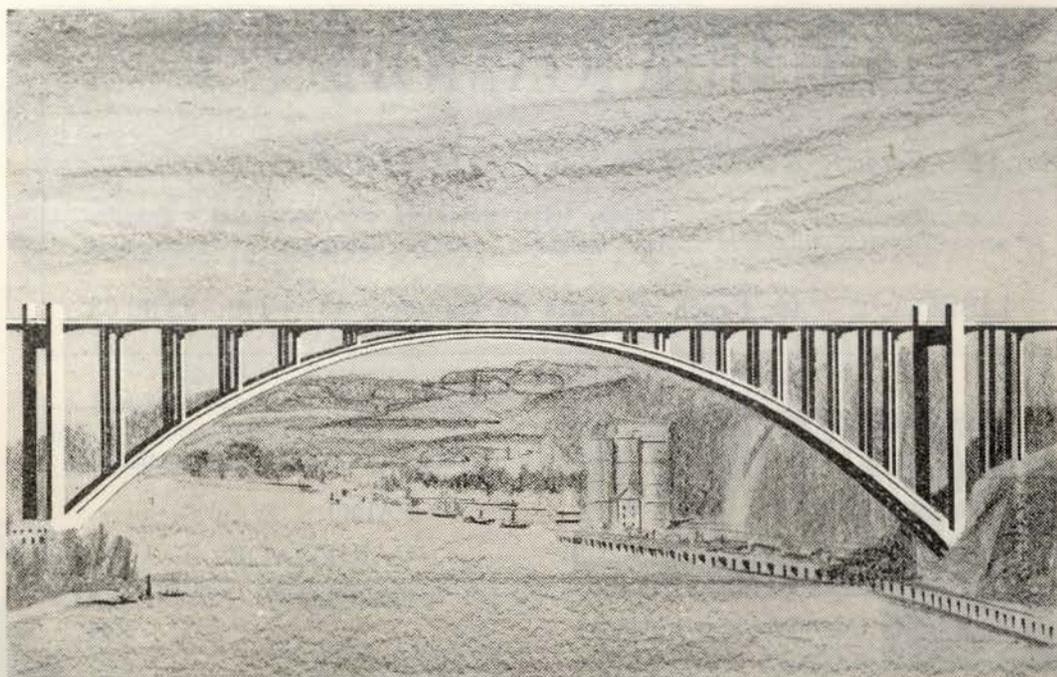
**NORTE DA EUROPA • LISBOA, MATADI
E A N G O L A**

SEMANAIS

ANVERS • PORTUGAL

**TRAMPING — TRANSITOS
SERVIÇO DE REBOQUES
FLUVIAIS E DE ALTO MAR**

**LISBOA • RUA DOS DOURADORES, 11 • TELEF. 37 0151 (8 LINHAS)
PORTO • R. DO BULHÃO, 192-2.º • TELEF. 26555 • TELEG. GERAL PORTO**



UMA PRESENÇA DE MAIS DE MEIO SÉCULO

A MOBIL (antiga VACUUM), primeira a servir o País (1898) e primeira a servir o Norte (1901), teve os seus armazéns junto ao local onde hoje assenta o pilar da ponte da Arrábida da margem direita. • Saiu dali com a inauguração do seu terminal de Leixões (1931), o primeiro do Norte do País. • Voltou ao Douro (1962) com o terminal de Gás Mobil, também o primeiro do Norte no seu género e situado junto à área dos acessos à ponte, na margem esquerda. • Ligada pela história às duas margens, agora abraçadas pela extraordinária obra de engenharia que abre nova era nas comunicações, urbanização e desenvolvimento do Douro, a MOBIL tem o orgulho de ficar também tecnicamente ligada ao grande empreendimento por ter sido o fornecedor exclusivo de lubrificantes do empreiteiro Eng.º José Pereira Zagallo.



Mobil Oil Portuguesa

PAPELARIA CAMÕES

DE

AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO, LDA.

Pincéis, telas, tintas de óleo, aguarelas e guaches
das melhores marcas nacionais e estrangeiras

LISBOA, 2 — 42, Praça de Luís de Camões, 43 — TEL. 32 30 63



42, Rua da Barroca, 56 -- Telef. 36 93 87-32 19 23
BAIRRO ALTO - LISBOA

Apresentação dos melhores Artistas do

FADO
VARIEDADES e
FOLCLORE NACIONAL

Excelentes serviços de
COZINHA E BAR

Banquetes, Jantares e Ceias
Modernas instalações - Ar condicionado

for souvenirs

Vista Alegre
Porcelanas

LARGO DO CHIADO, 18 • LISBOA

27. JUL. 1988

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXVI

OUTUBRO DE 1963

NÚMERO 104

Director, o Presidente da Junta Directiva

FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16



SUMÁRIO

	Pág.
NO ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO ANTONIANA, promovida pelo Grupo «Amigos de Lisboa»: Homenagem à memória do Coronel Pereira Coelho — Discurso pelo Director Secretário-Geral <i>Doutor Eduardo Neves</i>	171
HOMENAGEM da Associação Lisbonense de Proprietários ao Grupo «Amigos de Lisboa»	175
UMA CASA DE ALFAMA pelo <i>Prof. Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	177
UMA SUGESTÃO	198
ACTIVIDADE CULTURAL	201
OFERTAS ao Grupo «Amigos de Lisboa»	205
FEIRA DA LADRA	206

CAPA: Sé e Casa dos Bicos, por *José A. Videira*

VINHETAS de *Figueiredo Sobral*

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

*No encerramento da Exposição Antoniana
promovida pelo Grupo «Amigos de Lisboa»*

Homenagem à Memória do **Coronel PEREIRA COELHO**

*Discurso proferido pelo Director Secre-
tário-Geral DOUTOR EDUARDO NEVES*

D. Francisco Manuel de Melo escreveu ao seu jeito e ao da época, sobre «Feira de Vaidades»; embora pareça, aqui não há feira, porque aqui nada se vende, tudo se dá, e de vaidade só existe aquela, natural e lógica, do prazer de cada um dos expositores fazer saber o que tem e colleccionou, isto ou aquilo, mas sem egoísmo ou exclusivismo, porque tudo expõem e facultam; uma feira sim, mas no sentido de exposição ou exhibição para fins culturais.

O colleccionador, modesto ou rico, quando o é, como nós, os dos «Amigos de Lisboa», gosta que os outros conheçam o que amealhou, e incita, retraindo-se por vezes, como agora aconteceu, para que os novos brilhem e com a exhibição dos seus modestos patrimónios progridam e pela pertinácia perdurem como tal.

Nós, os «Amigos de Lisboa», tudo fazemos por nossa dama, e por isso, que nos perdoem, e a mim em particular, todos, e sobretudo os que às vezes me têm censurado por, de quando em quando, trazer aos nossos escaparates, o que é dos outros, às vezes o que é meu, para exaltar figuras, factos, acontecimentos e recordações desta nossa cidade, dos seus usos e das suas gentes.

Esta exposição, que hoje se encerra, feita sem qualquer sistematização, dum ecletismo absoluto, não visou exaltar a memória de quem disso não precisa, tão somente marcar a honra, que todos temos de em Lisboa, o Santo de todo o Mundo ter nascido. É nosso; a crendice



Aspecto da homenagem a Pereira Coelho

popular está cheia de recordações, evocações e pitorescos a Santo António referentes, mas todos lhe são devotados e devotos.

Mas este encerramento visa mais, agitar o assunto, marcar entre as correntes de opinião, povo, Imprensa, Rádio e Televisão — que já aqui veio — que os «Amigos de Lisboa» no dia do seu Santo e no feriado municipal da sua terra, não esqueceram Santo António e pressurosos vários consócios e amigos trouxeram de suas casas o que sobre o Santo possuíam, desde o modesto e simples até às preciosas espécies bibliográficas, iconográficas e picturais.

Mas, visámos mais ainda, exibindo versos graciosos dum nosso fundador, prestar culto de saudade aos seus serviços, à sua lealdade e devotamento pela nossa causa.

Pereira Coelho, como todos o conheciam, o coronel José Maria Sardinha Pereira Coelho, o nosso primeiro presidente da assembleia geral, antigo vereador da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, escre-

veu-os uma vez, em momento de inspiração, Maria de Portugal, na Fábrica Battistini fixou-os em azulejo e o consagrado fabricante de ferros forjados, mestre Esteves, com igual generosidade — a mesma do autor — assim como se expõem os ofereceram ao Grupo.

Aproveitando a sua exposição ofereceu-se-nos ensejo para esta homenagem simples e singela como é nosso hábito e maneira de ser.

O nosso falecido sócio fundador n.º 57 foi, como se disse, o presidente da primeira reunião de sócios em que foram aprovados os nossos estatutos em 15 de Abril de 1936, estatutos que foram por ele também assinados como membro da comissão organizadora do Grupo.

Foi sob a sua presidência que tomaram posse os primeiros corpos gerentes eleitos e foi depois sucessivamente vogal da junta directiva nos triénios de 1949-52, 1952-55, 1955-58 e 1958-61; neste último ano foi eleito vice-presidente substituto da junta directiva, por não querer continuar na efectividade.

Em todos os lugares que exerceu, a sua ponderada opinião era sempre escutada com acatamento e sempre ouvida com prazer, porque era sempre graciosa e elegante a sua fala sempre amável e até no *Diário de Notícias* foi estrénuo advogado do Grupo.

Embora este Grupo tenha tido sempre, em toda a Imprensa, o melhor e mais generoso acolhimento, a sua presença como subdirector do *Diário de Notícias* trouxe-nos as melhores facilidades no seu jornal a despeito de no seu ilustre director, nos seus redactores e no seu solícito chefe de secretaria, termos tido sempre, e se Deus quiser por muitos anos, amizades sólidas e deferimento diligente de favores sem fim.

O jornal, de cuja direcção fez parte, não podia deixar de nos merecer uma palavra, neste momento, de tal forma está ligado ao seu nome como os «Amigos» também sempre estiveram.

Esta cadeira, que Pereira Coelho foi o primeiro a ocupar, foi aqui colocada intencionalmente; na sequênciã e nas necessidades naturais do tempo já tem sido ocupada — como tem sido mister e é óbvio — por outros, mas está sempre, simultâneamente vazia e ocupada. Vazia da sua presença, que nos foi sempre, e sublinho intencionalmente o sempre, tão grata, e cheia da sua recordação e da nossa saudade.

Na pessoa de sua Ex.^{ma} Viúva, minha Senhora, que quis tão gentilmente ocupar o lugar do seu marido nas nossas fileiras, prestamos a homenagem do nosso respeito e consideração. A homenagem do res-

peito e consideração dos «Amigos de Lisboa» pelo seu saudoso sócio fundador e pela sua tão ilustre representante actual.

Ao seu Irmão, também nosso sócio, as nossas homenagens.

Assim, nós hoje, no encerramento desta Exposição Antoniana, oferecendo-a também como preito de gratidão e saudade, é com espírito, graça e coração que damos por finda esta exhibição de tão alto sabor olisiponense, não tivesse sido ela Antoniana.



Homenagem
da
Associação Lisbonense dos Proprietários
ao
Grupo “Amigos de Lisboa”

COMO se assinala na resenha da actividade cultural do trimestre findo, a Associação Lisbonense de Proprietários honrou o nosso Grupo com a oferta de um exemplar da artística e valiosa medalha comemorativa do seu 70.º aniversário, ocorrido há cinco anos, medalha da autoria do escultor M. Norte, com dedicatória, gravada, no corrente ano, aos «Amigos de Lisboa».

Decorre presentemente a comemoração das bodas de diamante daquela prestigiosa colectividade, pelo que a oferta da medalha, efectuada em visita expressamente realizada à nossa sede pela Ex.^{ma} Direcção da Associação, se reveste de especial significado, que com desvanecimento registamos.

No acto da entrega da medalha, foi a Ex.^{ma} Direcção da Associação Lisbonense de Proprietários representada pelos seus ilustres componentes, Srs. Dr. Raúl Rodrigues Cohen, António Baptista Antunes, Alfredo Marques Barreiro e Dr. Virgílio Ribeiro Dias.

Recebidos por vários membros da Junta Directiva dos «Amigos de Lisboa» e de outros órgãos Directivos e ainda por alguns consócios, dos quais vários pertencentes a ambas as colectividades, os Directores da Associação Lisbonense de Proprietários após as saudações que lhes foram dirigidas, muito amavelmente retribuídas, assinaram o nosso livro de honra, tendo seguidamente visitado as instalações da sede,

designadamente o salão de conferências e exposições, onde se ostentam várias obras de arte, algumas das quais da autoria de consócios nossos.

Esta bem significativa homenagem integra-se na salutar orientação que a Associação Lisbonense de Proprietários desde o seu início, isto é, desde 1888, tem seguido: estreitar relações com muitas das mais relevantes colectividades lisiponenses. Na verdade, há muito que os seus dirigentes se preocuparam em conviver, tanto quanto possível em colaboração íntima, com outros organismos entre os quais podemos lembrar a Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses e a Associação Industrial Portuguesa, onde a Associação Lisbonense de Proprietários havia sido instalada, a título provisório, em 3 de Fevereiro de 1888.

O prestígio da colectividade em referência, desde o seu início, pode avaliar-se através da bela medalha que nos foi oferecida, numa das faces da qual se vêem os bustos do Rei D. Luís, monarca reinante na época, e os do Conde de Tomar e Marquês de Pomares.

Vultos notáveis do nosso meio têm contribuído para a louvável actividade da Associação podendo ser recordados, entre outros — dentre os já falecidos — os Drs. Eduardo Maia e Armelim Júnior, o Prof. Doutor José Joaquim da Silva Amado, António Cipriano da Costa Trancoso, Manuel Joaquim Alves Dinis, Visconde de Azarujinha, Visconde de Carnide, Duque de Palmela, Duque de Albuquerque, Conselheiro Ernesto Schröeter, Barão de Samora Correia, Carlos de Lima Mayer, Dr. Carlos May Figueira, Conde de Burnay, Conde de Cabral, José Caetano de Almeida Navarro, Conde de Restelo, Conde de Valenças, José Campelo Tigueiros de Martel, Rosa Araújo, D. José de Saldanha Oliveira e Sousa, Marquês de Rio Maior, Visconde de Valmor, Conde das Alcáçovas, José Viana da Silva Carvalho, Marquês da Praia e Monforte, Visconde de Soares Franco e muitos outros.

Ao comemorar o seu 75.º aniversário, a Associação Lisbonense de Proprietários quis prestar as suas homenagens a outra colectividade que entende haver bem-servido Lisboa: é atitude que reconhecidamente registamos e muito agradecemos.

UMA CASA DE ALFAMA

(LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO, N.ºs 8, 9, 9-A)

pele Dr. PAULO CARATÃO SOROMENHO

I — LOCALIZAÇÃO

NESSE livro emotivo que escreveu para evocação dos seus e encanto dos leitores — *A Nossa Casa* — o Doutor Egas Moniz disse: «Recordações da Casa, que é de todos, vivei comigo, não me abandoneis! Sois o meu enlevo, trago-vos sempre a meu lado...»

Para nos dar numa figura expressiva a força poderosa de cada um na sua habitação, Rebelo da Silva atribui ao Marquês de Pombal a frase célebre: «... pode tanto cada um em sua casa que, mesmo depois de morto, são precisos quatro homens para o tirarem.»

A intimidade do lar — com seus segredos e mistérios, suas grandezas e misérias, coisas de tristeza e de alegria — dá-no-la D. Francisco Manuel de Melo:

Senhor! Das portas adentro
Todos passam dela e dela...

E José Régio no poema de alta poesia — *Toada de Portalegre* — conta-nos duma casa que pode ser aquela de que vou falar:

... numa casa velha,
Velha, grande, tosca e bela,
Cheia dos maus e bons cheiros
Das casas que têm história,
Cheia da ténue, mas viva, obsidiante memória,
De antigas gentes e traças,

Cheia de sol nas vidraças
E de escuro nos recantos,
Cheia de medo e sossego,
De silêncios e de espantos,
.....

Trata-se de um prédio vulgar, incaracterístico, sem toque de arte, *funcional*, diríamos em linguagem moderna, meio-escondido entre a im-



O bloco ao alto e à esquerda pertence ao prédio

ponência, o pitoresco, a velhice, a tradição notória de outros do meu antigo bairro de Alfama, e cuja localização tentarei dar com a brevidade apetecida. Quando os edifícios comunicam a vida que já viveram e a das pessoas que lhes estão ligadas, designamo-los por *livros de pedra*. Pois bem, Amigos de Lisboa e meus, ler-vos-ei um pouco do longo diálogo,

que há muito mantenho com a casa onde vim ao Mundo, narradora duma história de seiscentos anos. É verdade.

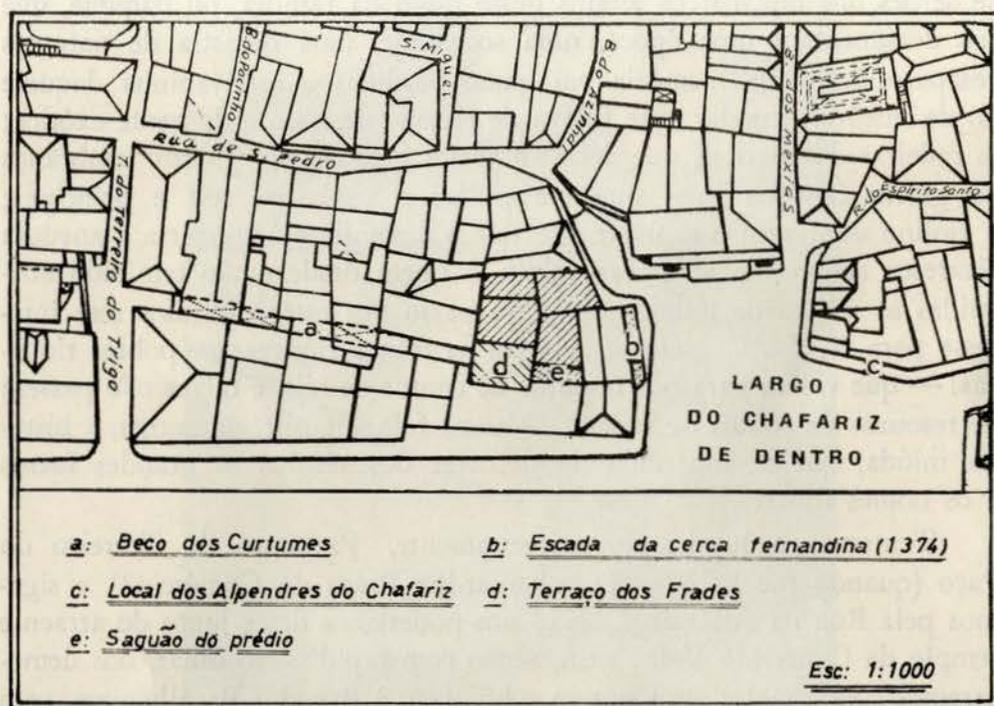
Decerto que salto por cima dos capítulos relativos às últimas dezenas de anos, tão nítidos no meu espírito, mas de nenhum interesse para V. Ex.^{as}: o vaso no terraço que uma tia, precipitada mas com gosto pelas artes, envolveu atabalhoadamente de cacos de loiças ricas, feitos por criadas desatentas ou indiferentes; o armário Boule onde se guardam os papéis de família e em que se notam as marcas dum martelo manejado por mãos infantis; o piano que, fechado há muito, ainda parece trazer-nos o perfume de serões dos bisavós; os albuns deste ramo da família, ou daquele, que nos documentam uma época, uma sociedade, uma dinastia de parentes desaparecidos, cuja memória vai quase perdida; a escrivanhinha daquele tio de história singular, que falava de terras estranhas e de gente exótica; as cadeiras de crianças, que definem várias gerações; o quadro, lembrança da glória familiar dum que era pintor e conheceu reis e príncipes; o violino dum avô; o canivete que traz à memória e à conversa a anedota picaresca acontecida ao pobre primo, a quem desde então tem sido atribuídas as tolices de todos... Decerto passo por estes capítulos sem interesse para V. Ex.^{as}. Nem se referem as ternas riquezas — pobres riquezas! — que valem para nós tesouros de contos de réis, e talvez não passem de tesouros de contos de fadas... Vamos falar de história antiga, a história miúda, que acompanhou no decorrer dos séculos os grandes factos e os nomes ilustres.

Tentemos a localização primeiramente. Partamos do Terreiro do Paço (quando me habituarei a chamar-lhe Praça do Comércio?) e sigamos pela Rua da Alfândega. Não nos poderemos deter junto do atraente templo da Conceição Velha nem, senão com rapidíssimo olhar, nos demoraremos com aqueles altos que se sobrepõem à Rua dos Bacalhoeiros, nem mesmo com ela; finjamos aceitar que D. João I não nasceu no sítio dos Armazéns do Linho, a S. João da Praça; nem queiramos saber dos palácios, nem do Chafariz do Rei — nem da feérica habitação que o domina. Paremos aqui neste largo em ângulo recto, o Largo do Terreiro do Trigo, que formou noutros tempos, com parte da rua do mesmo nome, o Campo da Lã. Vamos lá. Permito que se dê um olhar curioso ao Arco do Rosário e àquele estreito beco, baptizado há pouco tempo: Escadinhas do Terreiro do Trigo.

As árvores — sim. Que belo porte, que rica folhagem, que imponente altura, que viçosa e acolhedora sombra! E o geométrico mas majes-

toso edifício do antigo Terreiro do Trigo, hoje sede da Alfândega de Lisboa, enfrentando outra entrada de Alfama — a Travessa do Terreiro do Trigo, que por lá todos chamamos Beco de Alfama, cortada pelo perturbante Beco dos Curtumes e pelo Largo das Alcaçarias (com a Fonte das Ratas), recentemente oferecido pela Câmara Municipal à gente do sítio, aos Amigos de Lisboa, a quantos amam o Passado, como ele deve ser.

A Rua do Terreiro do Trigo termina pouco depois num Largo indescritível: o Chafariz de Dentro ou o Largo do Chafariz, como se diz



por antonomásia em Alfama. Ao lado direito um edifício de três corpos, o do centro mais alto, com um vasto pátio, junto do qual se encontrou durante séculos o Chafariz da Praia. Pertence à Companhia das Águas.

Estamos, pois, na sala de entrada de Alfama. Aqui vem dar tudo o que Alfama tem de bom e de mau, e até nas chuvadas fortes de Inverno o bairro lhe envia nas águas enlameadas tudo o que dispensa. É um largo estranho, de traçado indizível, que esconde a sua maior beleza — as Colunas Jónicas — e expõe em primeiro plano a sua maior fealdade:

o tal edifício da Companhia das Águas. Há nele prédios de enormes proporções e prédios a tender para o miserável; nele se vê, bem disfarçado por sinal, um cubelo da muralha fernandina e a curiosa escada que conduzia ao eirado, exemplar curioso, porque em vez de se encostar ao muro, como todas as outras escadas, lhe é perpendicular. Nesta praça tão irregular está o antiquíssimo chafariz, já citado em 1285, que nomeia o local: outrora Chafariz ou Fonte dos Cavalos, mais tarde Chafariz simplesmente, ou Chafariz de Dentro. O pai de D. António, Prior do Crato, vinha aqui, sem receio dos *manéis de Alfama*, dar conversa às raparigas, decerto perante os olhares benevolentes delas mesmas e os olhares inquietos dos pais e dos rapazes do sítio. Daí correu o aviso na musa popular:

Não vades ao chafariz,
Meninas de Alfama;
Bem sabeis a trama
Do Infante D. Luís!

que terá dado bons resultados, bem o creio. Não teriam deixado de ir (pois não era preciso?), mas teriam desencontrado as horas com as do senhor Infante.

O meu bairro, segundo o conceito popular — o único verdadeiro, pois que oficialmente Alfama não existe, e para os publicistas é elástica (varia de forma e de tamanho) — tem suas lindes pela Sé, Limoeiro, Santa Luzia, Escolas Gerais, São Vicente, Santa Clara, Paraíso, Museu de Artilharia. A Alfama, que eu chamaria *do Alto*, desce à Alfama, que Norberto de Araújo chama *do Mar*, abrangendo, *grosso modo*, as freguesias de Santo Estêvão e S. Miguel. A Alfama primitiva, a calculada pela etimologia, havia de corresponder a uma *linha* de nascentes que viria desde o Cais da Fundição até o Chafariz de El-Rei: Boqueirão da Praia da Galé, Beco do Penabuquel, Aguada, Chafariz da Praia, Chafariz de Dentro, Banhos do Doutor Fernando, Alçaçarias do Mosteiro, Alçaçarias do Duque, Barrelas (agora a Fonte das Ratas), Banhos da Dona Clara e Banhos do Baptista. De modo que aquela nota *d* que o Doutor David Lopes escreveu no seu «Portugal no tempo dos Mouros — Notícias tiradas de um geógrafo árabe» (*Liceus de Portugal*, n.º 2, Lisboa, Novembro de 1940, pág. 97) tem de corrigir-se: «A porta da Fonte Termal é a porta de Alfama da Reconquista, que aquela é a significação do nome árabe («al-hamma») e lhe veio dos banhos que hoje se chamam das Alçaçarias, no Largo do Terreiro do Trigo. Isso mesmo se diz na descrição da cidade do nosso autor [Ibne Abde

Almunime], que a tirou de Edrici: *No centro da cidade há nascentes de água quente («al-hamma», no plural) tanto de inverno como de verão. Não se pode dizer exactamente onde era, mas ficava mais ou menos no extremo oriental da actual rua de S. João da Praça.»* Tem de corrigir-se, porque desloca assim a Alfama para os limites da cidade moura, junto da muralha; ora a linha das nascentes é extramuros da chamada cerca moura. Edrici afirma que são no centro da cidade: ou se enganou, ou as nascentes não correspondiam inteiramente às de hoje. No século XII (Edrici), o *centro* não era aí como se pode ver ou ler em reconstituições gráficas ou literárias da cidade nessa época, feitas por autores de confiança. Tirante a fonte do Chafariz de El-Rei, todas as outras nascentes são exteriores, pelo que Alfama foi de início *apenas* a tal linha citada, de que as termas do Mosteiro e do Duque eram, se não a maior, a parte central e mais importante, por ficarem exactamente nas *alcaçarias*: ao Chafariz de Dentro e na Rua do Terreiro do Trigo (não no *Largo*) — algo longe da Rua de S. João da Praça.

Pois dessas ressurgências de águas quentes ou tépidas, com sais minerais, que foram usadas para os curtumes e medicinalmente, algumas tinham suas nascentes no Largo: a Aguada (junto à porta do lado oriental, talvez aberta nos tempos de D. João II, em 1494), o Chafariz da Praia, o Chafariz de Dentro, os Banhos do Doutor Fernando e as Alcaçarias do Mosteiro (do Mosteiro de Alcobaça, entenda-se).

O Largo resume assim Alfama: as construções típicas, os arruamentos de desenho variadíssimo (S. Pedro, Mexias, Espírito Santo, Remédios, Jardim do Tabaco, Cais da Lingueta, Terreiro do Trigo); uns restos de grandeza e uns toques de miséria; as águas; as recordações romanas, árabes e cristãs.

II — OS BANHOS DO MOSTEIRO

Após a tomada de Lisboa pelos Portugueses, em 1147, a cidade salta a muralha, designada por cerca moura, e, para a nossa banda, Alfama, decerto arrasada durante o cerco, acaba por se aglomerar, juntando os edifícios ou blocos dispersos e originando um bairro excêntrico e rico; a muralha fernandina envolve-a de 1373 a 1375. E aqui no Largo do Chafariz, esse poderoso muro de oito metros de altura e quase dois de

largura caminha desde o local onde fica o grande prédio, que esquina as ruas dos Remédios e do Jardim do Tabaco (então uma torre), abre-se em duas portas e morre, na parte do Terreiro do Trigo, numa casa quadrangular — um cubelo. A escada, que ainda hoje serve este prédio, é igualmente venerável: terá sido construída em 1374.

Neste ponto o nosso pitoresco bairro forma um cantinho; aí está a nossa casa, com os números 8, 9 e 9-A, vulgar construção de cinco metros e meio de fachada, quase dezassete de profundidade, e cerca de quinze na parede traseira; a parede do lado do mar é muralha de D. Fernando, que se continua pelo Beco dos Curtumes até o edifício



A escada de 1374

das Alcaçarias do Duque. No terceiro andar existe um terraço de cerca de cinquenta metros quadrados — que também pode contar a sua história.

Pois neste sítio existiram por séculos umas caldas, ou banhos, exploradas pelo Mosteiro de Alcobaça, que devem ter acabado em ano incerto, entre 1726 e 1752.

O prédio era então de três andares, e identifica-se em gravuras lisboetas dos séculos XVI, XVII e XVIII; o tal *cantinbo* do Largo está claramente marcado na planta da cidade feita por Tinoco em 1650, a qual também define um redente da muralha, ainda agora existente nos fundos do edifício.

Segundo diz Rafael Bluteau, *alcaçaria* vem de alcáçar (=alcácer): «palácio ou castelo; porque havia aqui (isto é, em Alfama, no sítio das Alcaçarias) palácios de mouros, que foram aproveitados para curtimento de peles; o nome de alcaçaria ficou a significar — lugar de curtimento.» Por curiosidade se recorda que o Largo do Terreiro do Trigo se designou outrora Campo da Lã. Quanto aos palácios talvez os houvesse; era natural que os mouros opulentos de Lisboa tivessem habitações fora de portas, junto à praia, em lugar viçoso (vejam-se as árvores centenárias em frente da Alfândega), com maior largueza do que dentro da cidade, apertada pelas muralhas; mas é igualmente natural que os edifícios fossem grandes caso servissem já para termas ou banhos públicos. O Eng. Vieira da Silva admite, na sua notável *Epigrafia de Olisipo*, que os Romanos tivessem utilizado em edifícios próprios as nascentes medicinais de Alfama (Alcaçarias) e construído as primeiras fontes ou chafarizes, onde agora estão os de El-Rei e de Dentro, ainda que disso não haja documentação nem vestígios.

Ora, bem. Não, documentação não há; todavia talvez haja indícios, suposições aceitáveis: as colunas jónicas, em que pese à hipótese do Eng. Vieira da Silva, *podem ter estado sempre neste local* (não se lhes notam marcas de terem sido arrastadas, e é longa a viagem da Madalena para São Rafael, e, séculos depois, de São Rafael para o Chafariz; para que transportá-las de tão longe, se as novas funções não exigiam tal sacrifício?). O mais natural é serem deste mesmo sítio, e terem pertencido a qualquer construção romana de importância, pois estavam à beira da via indicada no mapa do Eng. Vieira da Silva na sua *Epigrafia*; poderia tal construção ter servido para ... termas. E já agora outra informação, que prova o aproveitamento contínuo das águas termais: a *Crónica da Conquista de Lisboa*, de Osberno, refere-se aos banhos quentes da cidade.

Logo que, pela sua importância e grandeza, Lisboa se tornou lugar de maior segurança (de modo especial a partir de D. Afonso III, de 1248-1279) é de supor que os frades de Alcobaça comesassem, metódicamente, a explorar os banhos da casa em questão — aquela em que nasci e resido. Chega o momento de corrigir uma informação do Sr. Dr. Amaro

de Almeida no seu notável estudo «Lisboa, Capital das Águas» (*Revista Municipal*, n.º 49), que supõe terem sido os Banhos do Mosteiro no local do prédio da Rua do Terreiro do Trigo, com entrada no n.º 12. Documentos que possuo provam não ser assim; veja-se ainda a *Cerca Fernandina de Lisboa*, do Eng. Vieira da Silva, segundo volume. Mas preste-se homenagem ao Sr. Dr. Amaro de Almeida que, sem elementos suficientes, *quase adivinha*; errou por pouco a situação dos Banhos. Actualmente ainda existe no saguão da minha casa uma tina grande, agora forrada de cimento e guarnecida de azulejos brancos (até 1933 viam-se na parede exterior dessa banheira azulejos desirmanados do século XVIII), e de igual modo se aproveita a água dum poço, apenas para lavagem; no entanto, até 1924 foi aproveitada para cozinha ... e de quando em quando, como «medicina caseira» para algumas irritações cutâneas ⁽¹⁾.

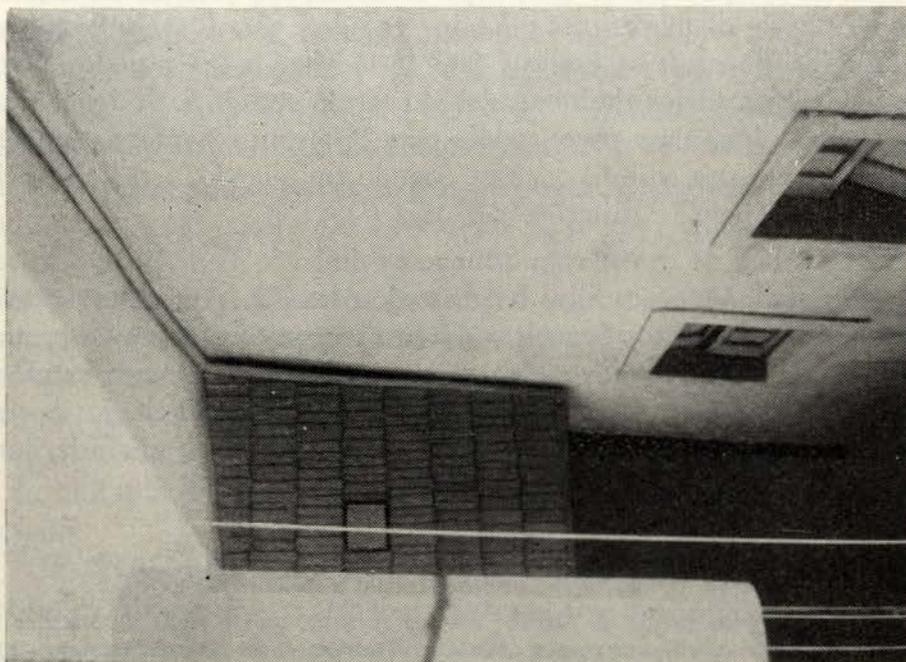
V. Ex.^{as} têm de contar com o meu atrevimento. Permitti-me discordar de David Lopes, Vieira da Silva e Amaro de Almeida. Aproveito a ocasião para discordar de Matos Sequeira. Num apontamento manuscrito, apresentado na exposição que evocava a vida e a obra desse homem extraordinário, anotei que ele localizou os Alpendres do Chafariz, citados por um autor dos princípios do século XVIII, no lado direito do chafariz, junto

(1) Duma palestra, que pronunciei no Grupo dos «Amigos de Olivença», em 27 de Abril de 1961, intitulada *Um Portugal Completo*, extraio o seguinte trecho:

Nasci num velho prédio de Alfama; das suas paredes, uma é trecho da muralha fernandina; parte dele é coberto por um terraço que representa outro ali construído antes de 1392. Entre os vizinhos há um estrangeiro no prédio ao lado, que aliás lhe não pertence, onde tem casa de pasto e andar de moradia. Há anos resolveu alargar o seu *espaço vital* e cavou a muralha fernandina, cuja largura é nesse ponto de cerca de dois metros, para no vão meter as pipas; tanto furou que entrou num armazém do meu prédio. Por boa vizinhança não fizemos zanga: «Olá, vizinho, isso não prejudica muito, mas evite incomodar-nos mais». Noutras obras o estrangeiro descobriu um poço nosso, que nós já raramente aproveitamos. Ele ficou contente com o achado e passou a partilhar da nossa água. Mais uma vez cedemos. Certa vez o homem decidiu aproveitar uma velha chaminé e pelo seu vivo introduziu um tubo, que foi sair palmos acima do murete do nosso terraço, desfeando-o e incomodando-nos com a fumarada. Agora protestámos e ameaçámos. Então passou a utilizar a chaminé para um fogão moderno, pelo que o fumo deixou de causar perturbação. Mas o canudo ficou! *Questões de vizinhos!*, dizem as outras pessoas, indiferentes aos problemas alheios. Para tal gente apenas os factos consumados têm significado.

Que interessa a estranhos o facto de o meu vizinho estrangeiro furar as paredes da minha casa, aproveitar-se da minha água, encher de fumo o meu terraço? Se ouvirem o meu diálogo bilingue com ele, hão-de, decerto, voltar-se para mim e dizer-me: «Sim, senhor, vossemecê tem muita razão, tem toda a razão; mas onde há-de o pobre do homem meter as pipas, ir buscar a água, despejar o fumo? E que falta lhe fazem a si as pedras do muro e a água?» E se eu, empertigado, lhes disser que ponham o caso em si próprios, responder-me-ão: «Mas isso é outra coisa; agora não se trata de nós.»

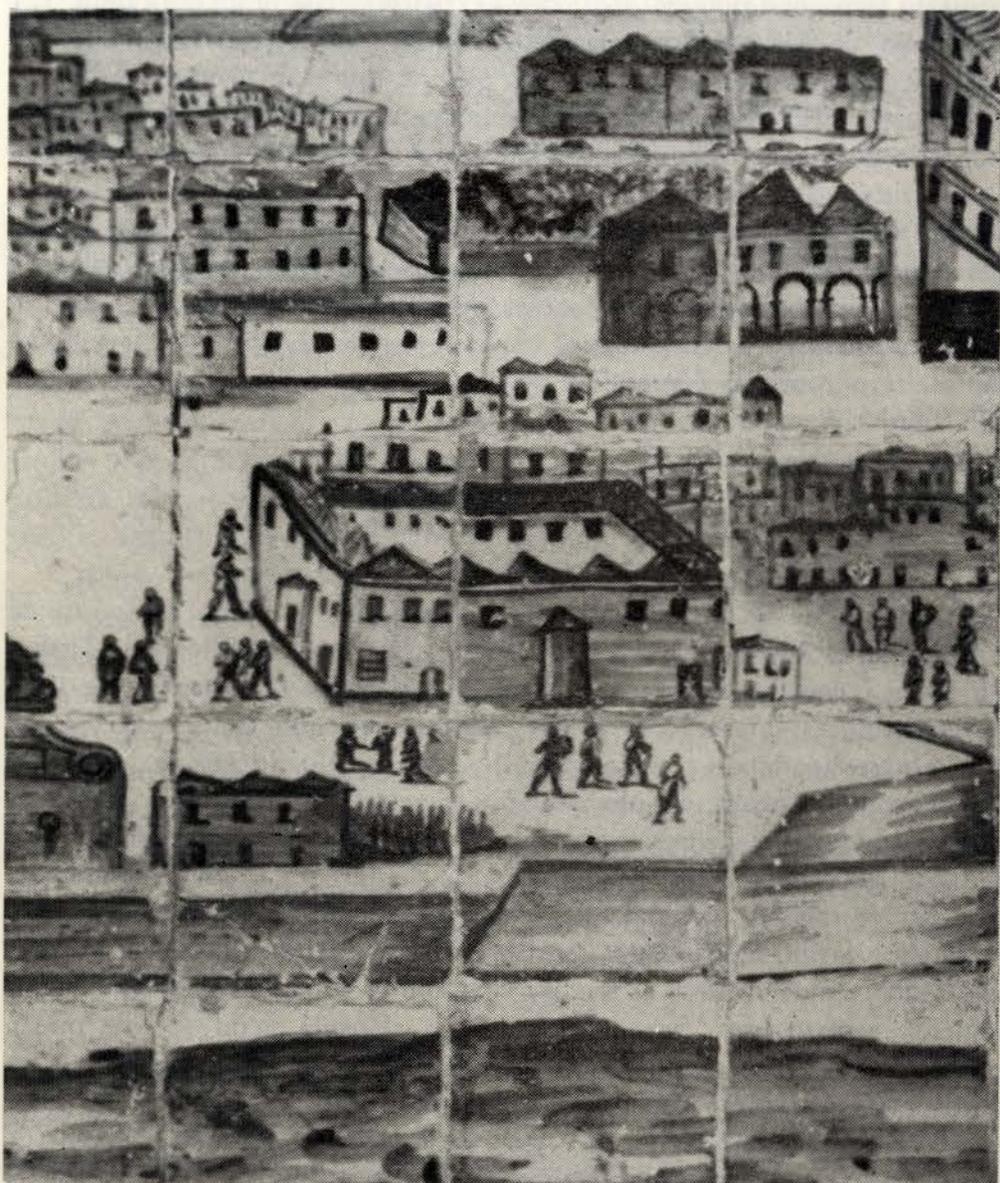
ao prédio das colunas ⁽²⁾. Pois, bem. Naquele lindíssimo e vasto painel de azulejos da época acabada de indicar (vi-lhe atribuídas duas datas: 1720 e 1734), tão sugestivo mas despreocupado de exactidão, guardado no Museu das Janelas Verdes — depara-se-nos um trecho de Alfama, onde se vê o Chafariz da Praia. Os outros edifícios e a sua distribuição tornam-se difíceis de identificar. Contudo, no ponto que corresponde ao



O saguão: a parede com janelas é muralha fernandina; na divisão com telhado fica a tina; o poço não está à vista. (A fotografia foi tirada da parte mais alta do prédio)

Largo do Chafariz de Dentro reconhece-se um largo também e também de traço muito irregular: na parte ocidental um conjunto de edifícios; ao centro e ao fundo o desenho confuso dum muro (na altura onde devia estar o chafariz) e, por detrás, um arvoredado, talvez o *azinhal* que deu nome ao beco; na parte oriental distinguem-se umas *arcadas*, que seriam os Alpendres do Chafariz, hoje, nesse lugar, representados por pitorescos prédios de ressalto.

⁽²⁾ Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, III, pág. 269, ano de 1712: os alpendres pertenciam à freguesia de Santo Estêvão; portanto ficavam do lado esquerdo do chafariz (oriental).



*Principios do século xviii. Ao alto, à direita: os Alpendres; ao centro: o Azinhal.
Em baixo, à esquerda: o Chafariz da Praia.*

Como se vê, acabo de cometer o pecado: discordar de Matos Sequeira. O Dr. Francisco da Fonseca Henriques, o célebre médico de D. João V, autor do famoso *Aquilégio Medicinal* (1726) refere-se nesta obra (pág. 52) às Caldas de Lisboa Oriental: «Estas caldas são aqueles banhos a que vulgarmente chamam das Alcaçarias, palavra que com elas nos deixaram os Mouros. Estão por cima da Ribeira, entre o Chafariz de El-Rei e o Chafariz dos Paus, onde há duas caldas ou alcaçarias; umas que são do Duque de Cadaval, outras que são de gente particular, e quase semelhantes, porque as suas águas são sulfúreas e nitrosas...»⁽³⁾. Segue-se o estudo das águas, exemplos de curas, uma descrição sumária das Alcaçarias do Duque e finalmente esta nota: «Nas outras Caldas há um só tanque em que está sempre correndo água, na qual tomam banho muitas pessoas juntas, se o concurso é grande e se não há doente de tal qualidade que não admita companhia.»

III — O TERRAÇO DOS FRADES

A muralha de D. Fernando atravessava, pois, o Largo, ligando uma torre, onde está hoje o prédio que inicia as ruas dos Remédios e do Jardim do Tabaco, com o cubelo, ainda existente e já referido. Quando por 1374 os construtores do muro aqui chegaram e quiseram continuar com ele houve necessidade de combinar com o proprietário do terreno, isto é, o Mosteiro de Alcobaça, a linha a seguir. Segundo o interesse dos desenhadores da cerca — entre os quais se contava o próprio rei D. Fernando — tinha-se de roubar cerca de dois metros de largura, numa extensão de uns catorze metros, à testada da propriedade, onde, segundo se presume, já se exploravam as nascentes termais, isto é, os Banhos ou Alcaçarias do Mosteiro. Não tiveram os frades, perante o interesse colectivo, outro remédio senão ceder, ficando de pé uma cláusula geral — a de que a muralha seria posse da Câmara, mas o chão continuaria na posse do Mosteiro; e uma cláusula especial — a de que o Mosteiro cederia o menor espaço possível: deste modo a escada de acesso ao eirado do cubelo (de que falámos acima) não seria construída ligada à muralha, mas ficar-lhe-ia perpendicular. Isto não está hoje escrito, mas deduz-se do que lá se vê.

⁽³⁾ Creio que são estas *águas sulfúreas e nitrosas* a causa de as pratas, neste prédio, exigirem areamento frequente...

O Chafariz dos Paus é a Aguada do Chafariz de Dentro.

Estou certíssimo do que afirmo. O saguão, que pertence ao prédio, existe actualmente por isso mesmo.

Porém os fradinhos eram atrevidotes. Em média o adarve ou caminho de ronda tem um metro e meio de largura, mas ali chega a ultrapassar os dois metros e forma um redente que lá se nota ainda e está marcado, como eu disse ainda agora, na conhecida planta de Lisboa de 1650, desenhada por João Nunes Tinoco. Porque ficava ao nível de alguma varanda dum dos andares do nosso prédio, os frades viram a possibilidade (dada a paz, que por anos, se gozava) de aproveitar aquele adarve, quase sempre inútil, como eirado ou balcão, e assim fizeram. Quando a Câmara viu isto, achou decerto que era abuso, senão desplante, e reagiu. Ora o Mosteiro era poderoso; a obra — um facto consumado; o desembaraço do local só se tornaria imperioso em tempos de guerra. E resolveu-se a contenda pacificamente, ficando estabelecido o seguinte: que não seria destruída a obra feita, mas a todo o tempo a Câmara, quando necessário, poderia recuperar a servidão do dito muro e por ali se passaria livremente, sem embargo do Mosteiro.

E agora, Senhores, esta propriedade já existente há, pelo menos, para cima de quinhentos e noventa anos, atravessa os séculos, desafia as instituições, assiste à passagem de geração após geração, cumpre as suas tarefas de propiciar esperanças e curas, abrigo e guarda, alberga dramas e esconde sonhos de felicidade, é alfa e ómega sabe Deus de quantas vidas! Mantendo inalteradas as dimensões, transforma-se no interior, modifica lentamente as fachadas. Entretanto os seus moradores entusiasmam-se com a conquista de Ceuta, choram a morte de D. Henrique, vibram com a chegada à Índia, assombram-se com a fundação do Império, lastimam os horrores da história trágico-marítima, entristecem-se com Alcácer-Quibir, revoltam-se com os Filipes, emocionam-se com a Restauração, admiram a magnificência joanina. E no dia esmagador do Terremoto vêem estupefactos a derrocada quase total do prédio.

Da ruína nascerá vagarosamente a casa que hoje conhecemos: um telhado que se coloca, uma escada que se faz, uma janela ou uma porta que se abrem, um andar que se aumenta, um tecto que se eleva. Casa de habitação e estância de madeira, e durante tempo um pátio utilizado para um jogo popular e depois fábrica de refinação de açúcar, loja, armazém — as Alcaçarias do Mosteiro atingem a tarde outonal de 1935, em que as chamas sangrentas dum incêndio as transformaram em parte numa fornalha grandiosa e destruidora.

Já então propriedade dos meus Pais, e por proposta do meu irmão mais velho, faz-se a reconstituição do antigo terraço dos frades de Alcobça. A obra decorreu normalmente, mas a entidade senhoria do prédio ao lado supõe que a construção do eirado lhe pode prejudicar os direitos. A questão vai arrastar-se por seis longos anos, até que, reconhecendo-se a inanidade do litígio, um acordo amigável lhe põe termo. Aconteceu isto em 1942. Que singular é por vezes o destino das coisas e dos homens!



Aspecto actual do Terraço dos Frades

Observemos que em 1392 o Abade de Alcobça fez um acordo com a Câmara para solucionar o problema nascido pela edificação dum terraço sobre o adarve, e em 1942 meu Pai faz um acordo para resolver a questão originada pelo terraço feito no local: dois conflitos no mesmo ponto, por igual motivo, com idêntica solução — a quinhentos e cinquenta anos de distância!

Daqui se espriam os pobres olhos cansados sobre as águas do Tejo esmeraldino, do Tejo plúmbeo, do Tejo safírico, do Tejo argênteo, das águas que às vezes parecem transportar sangue ou conduzir colónias de ametistas, e são doiradas em certas noites de luar; daqui os olhos tristes

ou doloridos procuram as casas e os montes de além do rio, a que a distância tirou as asperezas, polindo-as e suavizando-as, e das quais se erguem as linhas do medievo castelo palmelense, evocativas dum passado enérgico e activo; daqui os olhos ansiosos vão repousar nas velas cor de topázio ou de rato, cor de barro ou de rubi, ou no verde escuro e aveludado das árvores centenárias do Terreiro do Trigo; daqui os olhos da alma se orientam no verdadeiro caminho, que os olhos do rosto lhes mostram nas torres de São Miguel, de São Tiago, de Santa Luzia, de São Jorge, de São Vicente e Santo Estêvão ou adivinham nas capelas dos Remédios e da Boa Nova.

E para regressar ao mundo dos homens, os olhos já serenados podem contemplar o severo edifício da Alfândega, o Limoeiro, trágico e agreste, o Miradouro airoso sobre a muralha dos Mouros, a casa dos Arcos, na Adiça, os telhados de telha redonda e os eirados de azulejos, que recordam a Alfama morena, as habitações dos pobres e as solarengas, a portada tão rica de pedra do Museu de Artilharia, — e as ruas dos Remédios, do Jardim do Tabaco e do Terreiro do Trigo, o Cais da Lingueta, a Praia, o Largo do Chafariz de Dentro e o Beco dos Curtumes: nomes expressivos que nos dão o acidente geográfico ou a circunstância social.

Tudo quanto se disse pode ser visto daqui, do terraço que foi dos frades de Alcobaça.

Nele se nos deparam duas lápides comemorativas das visitas que nos fizeram o Doutor Leite de Vasconcelos, em 1 de Novembro de 1936, e o Eng. Vieira da Silva, em 16 de Abril de 1948, e o painel de azulejos com um soneto do meu grande amigo e inspirado poeta Dr. Júlio Catarino Nunes, na sua visita de 21 de Fevereiro de 1943. Na reprodução que dele faço veja-se a elevação do sentimento, a beleza e a harmonia da forma, e esqueça-se a causa do meu desvanecimento:

Só encontro a palavra encantamento
Pra traduzir aquilo que senti,
Nesse fugaz mas fúlgido momento,
Que no teu lar amigo hoje vivi.

Encantamento, sim, encantamento
Nas pessoas e coisas. Tudo aí
Respira um ar de doce isolamento,
Como em velho convento que já vi.

Que luz, que paz serena, que calor,
Grande exemplo de amor e de bondade,
De lealdade antiga e de valor!

Pequeno céu. Santíssima Trindade:
O pai, a mãe, a filha, doce amor,
Deus no altar, à porta a Caridade.

Lembrando certa recomendação de Afonso Lopes Vieira — todas as terras de Portugal citadas nos *Lusíadas* deveriam inscrever os versos a letras de ouro —, e como no Poema não se fala de Alfama, procurei na restante obra camoniana. Encontrei duas curiosas referências, que se completam entre si, embora mostrem o feitio bisbilhoteiro dos meus vizinhos do século XVI, cuja *língua de prata* deveria atemorizar Lisboa. Uma personagem masculina de *Os Anfitriões* (acto I, cena III) declara:

Pois, Senhora, a quem vos ama
Sois tão desarrazoada,
Quero tomar outra dama:
Que não digam os de Alfama
Que não tenho namorada.

E numa das cartas (III) o próprio Poeta fala de uma mulher a quem atribui a frase: «... onde não digam os de Alfama que não tenho guardador.»

Pois lá as coloquei, numa das paredes do terraço, não a letras de ouro gravadas na pedra, mas em modestos azulejos.

Uma tarde encontrava-me em casa, quando me anunciaram uma visita. Era um senhor baixo, despretencioso, ligeiro, apesar de aparentar mais de setenta anos. Sem me dizer o nome, apresentou-se-me como pessoa encarregada pela Câmara de fazer um estudo sobre a muralha fernandina, e recomendou-se, para que eu o atendesse, com o nome da Dr.^a Lia Ferreira do Amaral Fonseca, boa colega e amiga na Faculdade de Letras de Lisboa. Levei-o ao terraço para ver o que ali se reconhece da cerca de D. Fernando, até que em certa altura o aconselhei a consultar a pessoa mais capaz de esclarecê-lo: o Eng. Vieira da Silva. Assombrado, ouvi-lhe a resposta: «O Eng. Vieira da Silva sou eu.»

Tendo eu resolvido tempos depois celebrar a sua visita à minha casa com a lápide a que me referi, telefonei-lhe pedindo-lhe autorização para a colocar no terraço. Como lhe tivesse notado certa hesitação, disse-lhe que viesse vê-la ao canteiro, onde estava a ser gravada; e então combinámos o encontro em minha casa. Assim foi. Antes de sairmos contudo fez-me um pedido: «Não se importa de mostrar-me a *minha* muralha?». Bom e saudoso Eng. Vieira da Silva!

IV — A FAMÍLIA COSTA QUINTELA

Aquele admirável escritor, que foi Júlio de Castilho, possuía uma série de qualidades excepcionais: o domínio lindíssimo da Língua, uma sensibilidade apurada, sentido poético de excepção, a intuição que aos historiadores vale como a documentação rigorosa, capacidade invulgar de trabalho, método eficiente. Por isso lhe foi possível deixar-nos a sua obra preciosa sobre Lisboa, numa época em que estava, pode dizer-se, sôzinho. Depois apareceram dezenas de investigadores, centenas de amigos, milhares de enamorados da cidade; progrediu-se muito no conhecimento da história lisboeta... mas ele em tudo tocou, de tudo teve notícia; simplesmente lhe faltaram, por vezes, fontes de informação para chegar ao fim. Abriu o caminho. Só isso! Quanto ele viu! Quanto encontrou!

Ora conta Júlio de Castilho, no monumento de história e de ternura chamado *Lisboa Antiga* (2.^a ed., vol. XI, cap. xv, págs. 212-218), que certo proprietário abastado, de nome Marcos Vieira, casado com Maria da Silva, encontrando-se numa sua quinta de Chelas, gravemente enfermo, «lavra... um piedoso testamento, a 21 de Junho de 1729, por onde instituiu morgado de seus bens na pessoa de seu filho (João Vieira da Silva).»

Este casou com D. Josefa Joaquina da Fonseca, de quem nasceu D. Maria *Catarina* Vieira da Silva. Chega o momento, para assombro de V. Ex.^{as}, de eu emendar Júlio de Castilho. A senhora chamava-se Maria *Caetana* e não *Catarina*. Pois em 1748 já estava casada com Francisco Manuel da Costa Quintela, alcaide-mor *não sei onde*, diz Castilho. Esclareço eu: era alcaide-mor da Merceana.

Pelo decorrer do século xvii, Francisco de Araújo e Sousa, cavaleiro de Cristo, natural da freguesia de Santa Eufémia de Calheiros, termo de Ponte de Lima, era casado com Teresa Maria de Jesus, de Lisboa. Aqui na capital tiveram uma filha, Maria Micaela de Sousa, que veio a casar com Inácio da Costa Quintela, nascido também em Lisboa, a 17-1-1691, filho de Manuel João, fidalgo da Casa Real, desembargador do Paço, autor da *Bibliotheca Jurisconsultorum Lusitanorum*, citada pelos bibliógrafos Barbosa e Inocêncio. Foi ao Dr. Inácio da Costa Quintela que o Mosteiro de Alcobaça concedeu *o domínio útil de um prazo de livre nomeação, em três vidas, denominado Alcaçarias, situado no Largo do Chafariz de Dentro, freguesia de S. Miguel de Alfama, para casa de habitação*, devendo o foro de 8\$650, cinco capões e três galinhas (de *boa espécie*, especifica-se) ser pago anualmente a 28 de Setembro. Como em 1726 ainda existiam

as termas, conforme vimos em Fonseca Henriques, temos que entre esse ano e a data de 2 de Janeiro de 1752, a da morte do Dr. Costa Quintela, elas desapareceram, após uma vida de séculos, pelo menos trezentos e cinquenta anos.

Francisco Manuel, que sucedeu ao pai no domínio útil das Alcaçarias do Mosteiro, «administrava (diz Júlio de Castilho) por cabeça de sua mulher, a capela de Marcos Vieira; mas creio que, ou não tinha a bossa de administrador, ou lhe corriam mal os negócios e a saúde; o certo é que, não tendo podido cumprir os encargos piedosos e caridosos da instituição, foi muitas vezes citado para prestar contas na Relação, perante o provedor das capelas; até que, tendo caído, segundo se percebe, em grande míngua, foi-lhe penhorada a renda de um seu prédio ao Chafariz de Dentro, em 10 de Março de 1756, pela quantia de 12\$259 réis, que no fim do processo, em 24 de Setembro de 1756, subia com as custas a 17\$952 réis! (4) Passados trinta e seis anos, achava-se o mísero homem em tal estado de forças e inteligência que a administradora dos bens do casal era sua mulher. É o que se tira de uns documentos relativos ao mês de Abril de 1792. Não vejo mais rasto de um nem de outro até 20 de Abril de 1812, em que topei com José Inácio da Costa Quintela tomando solenemente, em nome e como procurador de sua mãe, posse da casa n.º 4 do Largo de S. Tiago.»

Mais adiante faz Júlio de Castilho uma referência à nossa casa, mas incorrecta. Supõe que umas casas «ao Terreiro do Trigo, Largo do Chafariz de Dentro, n.ºs 1 a 4», herdadas em 1854 por Francisco de Sande Salema são as mesmas penhoradas em 1756 a Francisco Manuel da Costa Quintela. Não são, pois estas tinham os n.ºs 5 e 5-A, desde 1801 ou 1802, e em 1859 passaram a 8 e 9; os n.ºs 1 a 4 do Chafariz de Dentro são do prédio aproveitado no tal cubelo, de que falámos acima, e que apresenta, ainda hoje, a veneranda escada de 1374.

D. Maria Caetana, já viúva, faleceu por 1817, pelo que seu filho primogénito, José Inácio Vieira da Silva da Costa Quintela, requer ao Mosteiro a renovação do prazo em três vidas, o que lhe foi concedido.

José Inácio — moço-fidalgo acrescentado a fidalgo-escudeiro da Casa de Sua Majestade, professo e Comendador da Ordem de Cristo, coronel de linha, governador do forte de Santa Apolónia e chefe da legião nacional do Paço da Rainha — em testamento aprovado em 9 de Junho de 1823,

(4) O prédio não estava vinculado no morgado de Marcos Vieira, como se sabe.

declarou seus herdeiros universais D. Maria do Carmo de Figueiredo, viúva do tenente José Baptista Lopes de Figueiredo, e na sua falta seu filho Bernardino de Sena Lopes de Figueiredo, e em outra verba diz:

«Como também lhe nomeio um prazo que me ficou por falecimento de minha Mãe, que não nomeou e é de livre nomeação, e em que a dita minha Mãe foi a última vida, e que nele me encabeci, que consta da estância de madeira, ao Chafariz de Dentro, o qual é de livre nomeação e foreiro aos Padres de Alcobaça em 8\$650, cinco capões e três galinhas...»

Ora paremos um momento para duas observações.

As antigas Alcaçarias do Mosteiro, depois transformadas em casa de habitação, estavam agora alteradas em estância de madeira. Fora o terramoto de 1755 que as derruía e Francisco Manuel da Costa Quintela, obrigado à reconstrução, não a pudera fazer como se calcula pelo que se leu acima, e limitou-se a cobrir o prédio, a toda a altura, com telhado, mas deixando uma parte a descoberto; apenas na frente para o Largo do Chafariz de Dentro a casa era habitável; as traseiras eram estremadas por parede com porta para o Beco dos Curtumes.

A segunda observação diz respeito à herdeira de José Inácio. Desconheço inteiramente os motivos que lhe deram tal posição. Sei apenas que falecido o coronel Costa Quintela, já no ano de 1826 (segundo julgo), D. Maria pede que lhe seja lavrado o auto de posse deste prédio do Chafariz de Dentro. Uma das testemunhas que assina o documento é José Bento Castanho, caixeiro da estância e morador no próprio edifício. Virá a ser seu proprietário de 1844 a 1852.

Pois, muito bem. V. Ex.^{as} recordam-se de que em Janeiro passado o nosso Boletim publicou um belo estudo do senhor Eng. Júlio Eduardo dos Santos, intitulado «Joaquim Casimiro. Algumas notas a propósito do centenário da morte do grande compositor lisboeta». E chegámos a outro ponto de interesse. Informa o Autor que Joaquim Casimiro foi casado com D. Maria do Carmo de Figueiredo, que nunca deixou de usar o apelido do primeiro marido (a não ser que, intervenho eu, fosse também apelido da família dela). Do casamento nasceram duas filhas, uma delas Angelina Vidal, que foi escritora de mérito. D. Maria do Carmo enviuvou do maestro Casimiro em 28 de Dezembro de 1862. Dez anos depois, em 15 de Outubro de 1872, o seu corpo foi inumado no jazigo do marido, no Alto de S. João, e em 25 de Novembro seguinte seu filho do primeiro matrimónio Bernardino Lopes de Figueiredo. Tudo isto nos diz o Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos.

O maestro Casimiro nascido em 1808 era bastante mais novo do que D. Maria do Carmo, viúva com um filho, como vimos, em 1823. O casamento de ambos já se havia realizado em 1834, pois que a 19 de Dezembro desse ano, D. Maria do Carmo de Figueiredo, seu marido Joaquim Casimiro Júnior, e seu filho dela Bernardino Lopes de Figueiredo, vivem na Rua Direita dos Anjos, n.º 58, em Lisboa. Esta data é a da venda que a senhora fez do prédio do Chafariz de Dentro a José Castanho, dele inquilino, pela quantia de 750\$000.

Julgo que estas informações — dádiva pobre de pobre doador — tenham algum interesse para o nosso Ex.^{mo} Consócio, Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, a quem fico devedor no momento de escrever estas linhas: pelo correio acabo de receber, em gentil oferta, o seu precioso catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica de Santo António, que apresentou na Junta de Turismo de Costa do Sol, neste mês de Junho corrente. E aproveito a ocasião para referir uma citação à filha mais velha de Casimiro no formoso livro da Senhora Condessa de Povolide, *A Nossa Junqueira*, pág. 564.

V—A FAMILIA CASTANHO E A MINHA FAMILIA

Pela extinção do Mosteiro de Alcobaça o foro do prédio passou a ser devido à Fazenda Nacional. E em 1844, José Castanho pediu a remissão, que foi autorizada em 30 de Março, após ter pago 143\$250.

A José Castanho, que era galego e se encontrava em Lisboa havia muitos anos (por 1807 morava no célebre prédio das colunas) sucedeu na posse do prédio em 1844 seu sobrinho José Bento Castanho, já acima mencionado. Nele faleceu em 1852, deixando viúva e herdeira do nosso prédio D. Gertrudes Magna Ribeiro Chaves. Do casal havia dois filhos: D. Maria da Glória Chaves Castanho e José Augusto Chaves Castanho, que veio a falecer no Rio de Janeiro em 1860. D. Gertrudes Magna parte deste Mundo em 1872 e o prédio recebe nova proprietária: D. Maria da Glória Chaves Castanho, que terá falecido por 1875, tornando-se dono o marido, major Francisco de Sousa Cruz.

Entretanto, por 1871, a minha família alugou o edifício, que mais tarde foi comprado ao major Cruz por meu Avô João Marques Caratão. Há mais de noventa anos, pois, que nos encontramos aqui instalados, sendo a actual proprietária, que vem em décimo segundo lugar, minha Mãe D. Lucinda Rosa Marques Caratão Soromenho. Houve pois cinco pro-

prietários da família Quintela, cinco da família Castanho e dois da minha Família. Nele já viveram quatro gerações de parentes meus, e têm-no visitado membros de seis gerações.

E agora, que me despeço de V. Ex.^{as}, faço-o com emoção. Dispuseram-se V. Ex.^{as} a vir escutar um pobre homem de Alfama que não pode oferecer senão algum sentimento ligado a pedras e recordações. Quanto a vossa presença significa generosidade, bem o aprecio; porém não tenho palavras que exprimam toda a minha gratidão. Deu-me também V. Ex.^a, senhor Doutor Eduardo Neves, o prazer de falar dum assunto que me é particularmente simpático ⁽⁵⁾.

Bem hajam todos! Que Deus lhes pague!

(5) Do generoso comentário do senhor Doutor Eduardo Neves a este trabalho permito-me recordar uma frase, pelo seu valor objectivo e pelo incentivo que proporciona, vindo de quem vem: «Se fosse possível estudar assim as casas lisboetas — teríamos uma História de Lisboa inteiramente nova.»

As ilustrações deste trabalho devem-se a minha filha, Maria Marta da Silva Soromenho, e aos meus afilhados, Fernando Ramos Pereira e Vítor Daniel Simões. Novamente lhes agradeço.

Um Sonho... ou talvez não?

Da nossa consócia n.º 2088, Senhora D. Maria de Mello Breyner Gonzaga Ribeiro, foi recebida a carta seguinte, que devidamente autorizados publicamos na íntegra:

Com este título deveria eu começar esta carta, que me permito dirigir a V. Ex.^{as} na esperança de que ela seja acolhida com aquele mínimo de simpatia e carinho que, creio, todos os sonhos devem merecer. Neste caso, contudo, o sonho reveste-se de carácter especial, pois foi «acordada» e não a dormir que eu o tive, quando uma tarde, ao fim do dia, olhava Lisboa, de um ponto alto desta nossa tão linda cidade.

Era, como acima digo, ao fim do dia, à hora em que o sol se despede de nós e já quando, aqui e ali, algumas janelas começavam a aparecer iluminadas no casario disperso da nossa Lisboa, emprestando-lhe, com seus rectângulos de luz, uma nota colorida. E foi então, quase sem dar por isso, que me surpreendi a pensar, a «sonhar», o que seria Lisboa toda ela iluminada e se, em dado momento, por detrás de cada janela uma luz se acendesse e a cidade inteira surgisse, a nossos olhos, como um verdadeiro presépio todo feito de cor...

Escreveu uma vez Madame Curie que se deve «fazer da vida um sonho e do sonho a realidade». Pois bem: desde essa tarde distante que me ficou a bailar na alma esse sonho que, como sonho que é, venho deixar à vossa apreciação. Quererão os «Amigos de Lisboa» ajudar-me a torná-lo realidade?

Creio que não seria de todo impossível, nem sequer muito difícil. O Português é, por natureza, romântico, sentimental, e não há sobretudo

Lisboeta que não sinta pela sua cidade o mais profundo e entranhado amor. A realização deste sonho depende mais do coração que da cabeça, do sentimento que da inteligência. Bastava que *todos quisessem* (e estou convencida de que todos hão-de querer!) acolher com simpatia a iniciativa e colaborar para que, ao menos uma vez no ano, pudéssemos ver Lisboa inteira toda cheia de luz, toda ela iluminada de ponta a ponta, desde as casas mais modestas às mais ricas, desde os mais antigos edifícios às mais modernas construções. Bastava que, uma noite por ano, todos quisessem dar à ideia o seu carinho e, nas suas casas, acendessem uma luz por detrás de cada janela, nem que fosse só durante uma hora. Janelas que rasgando-se sobre o negrume da noite seriam, sem dúvida, moldura ideal para inundar de cor e luz toda a nossa bela cidade, e cada luz acesa traduziria, só por si, um hino à Beleza, à Poesia, a tudo que de belo e de bom cada um de nós sente e esconde no seu íntimo, por falta, quem sabe?, de um meio de o poder exteriorizar.

Todos ao mesmo tempo e no mesmo dia. Mas em que dia? ou antes, em que noite? É natural a pergunta e também nesse ponto o meu sonho se deteve, ao pensar numa data: o dia 8 de Dezembro. Que melhor dia, em verdade, que o da Santa Padroeira, de Nossa Senhora da Conceição, ainda para mais o *Dia da Mãe*, celebrado em todo o nosso País?

Outros dias há, eu sei, como o Natal, o Fim do Ano, a Noite de Santo António, etc., que igualmente se prestariam à realização da ideia. Mas em Junho são os dias longos e só muito tarde a noite chega; no Natal, e Ano Bom, são muitas as pessoas que vão fora passar esses dias festivos, há a Missa da meia-noite, há as ceias, as festas; enquanto que em 8 de Dezembro todos estão «em casa», é dia igualmente de família, da festa da Mãe, mas mais calmo, sem o alvoroço e o bulício próprios da época de final de ano, ou das férias no Verão.

Este, porém, é um pormenor que o vosso critério, melhor do que o meu, poderia estudar e decidir, se a ideia fosse efectivamente viável. Aqui a deixo, portanto, à vossa consideração, e deixo-a por aquilo que vale: ter nascido de um sentimento sincero e espontâneo do muito amor que tenho por esta nossa linda Lisboa, sentimento a que se poderá chamar «sonho», se se quiser, mas que, repito, como todos os sonhos, talvez possa merecer, ao menos, um pouco de simpatia e de carinho.

É essa simpatia e esse carinho que desde já eu me permito agradecer a V. Ex.^{as}, ao mesmo tempo que lhes peço para aceitarem os meus melhores e mais cordiais cumprimentos.



A Junta Directiva apreciou o alvitre referido na sua sessão de 2 de Agosto e resolveu responder com o officio que se segue:

Em resposta à carta de V. Ex.^a de 31 de Julho p. p. recebida aqui em 2 do corrente, tenho a honra de, com os meus melhores cumprimentos, levar ao conhecimento de V. Ex.^a o que fizemos, para — tanto quanto possível — dar sequência útil ao «sonho» tão romântico e simpático de V. Ex.^a.

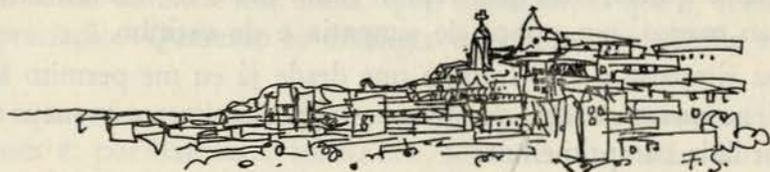
Foi o caso presente à nossa Junta Directiva, que reuniu ontem à noite, e aprovou a mesma transcrever a carta de V. Ex.^a (se nisso não vir inconveniente) junto com o nosso apelo, aos nossos sócios, no sentido proposto, no próximo número do nosso OLISIPO; e ficarmos ao dispor de V. Ex.^a, para junto dos jornais e do público, se fazer eco do vosso alvitre.

A fim de evitar as susceptibilidades e de acordo com as nossas disposições estatutárias, será focado o *Dia da Mãe*, de preferência a qualquer outra designação, concordando, pois, todos com o dia 8 de Dezembro por V. Ex.^a proposto.

O nosso próximo número de OLISIPO, o número 104, deverá sair dentro do mês de Outubro próximo.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex.^a os cumprimentos dos membros da nossa Junta Directiva e pedir licença para juntar os meus próprios protestos de consideração, e sou, etc.

Assim o Grupo aplaude e apoia a sugestão referida, que transforma em apelo a todos os consócios e OLISIPO a todos os leitores para o fim em vista.



ACTIVIDADE CULTURAL

A actividade cultural neste trimestre iniciou-se em 11 de Julho com a sessão de encerramento da Exposição Antoniana, em que foi prestada homenagem à memória do Coronel Pereira Coelho de quem como se referiu estavam expostos versos por ele compostos a propósito de Santo António e dos «Amigos de Lisboa». A sessão, que foi presidida pelo Prof. Doutor Freitas Simões, presidente da Junta Directiva, trouxe à nossa sede numerosas pessoas, entre elas a Viúva e o Irmão do falecido e mais Família, tendo-se representado várias colectividades, entre elas a direcção e a redacção do *Diário de Notícias*. Presentes quase todos os membros dos nossos corpos gerentes. O Secretário-Geral proferiu um discurso alusivo ao acto e ao terminar foram oferecidos à Viúva do homenageado cravos vermelhos. O discurso publica-se na íntegra neste número. Esta sessão teve larga repercussão na Imprensa.

No mesmo dia, mas à noite, realizou-se a 43.^a sessão de Colóquios Olisiponenses, sessão que foi ocupada por larga troca de impressões entre os sócios presentes sobre as espécies apresentadas na Exposição Antoniana e sobre dados históricos das grutas de Santo António na Serra do mesmo nome, que o Grupo visitou no domingo 21 de Julho.

Essa visita que reuniu 3 autocarros e vários automóveis deslocou-se até Santarém, onde a caravana tomou o primeiro almoço e ouviu missa na Igreja do Santíssimo Milagre e por Pernes subiu até

à Serra de Santo António em visita às maravilhosas Grutas de fantasmagóricas perspectivas, tendo na retirada por Porto de Mós ido almoçar a Alcobça. No regresso houve ligeira demora nas Caldas da Rainha, regressando a Lisboa ao começo da noite. Foi uma linda jornada.



O encontro do Ex.^{mo} Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Aníbal David, com alguns dos Directores do Grupo «Amigos de Lisboa», na visita a «Alfama à Noite»

Em 20 de Julho inaugurou-se na sede uma exposição de Leques Antigos, propriedade do signatário, à qual largamente se referiu a Imprensa de Lisboa e do Porto. Essa exposição reuniu 85 espécies de leques e ventarolas, alguns bordados e outros pintados, sendo de destacar um bordado a lantejoulas de ouro que se diz ter sido pertença de S. M. a Rainha D. Maria II. Havia-os de marfim, sândalo, xarão, madrepérola, etc., e de seda, plumas e papel, um numeroso

grupo de leques de luto e vários orientais com figuras de marfim. Entre as curiosidades expostas encontravam-se dois broches, um de ouro em forma de ventarola e outro de prata representando um leque. Havia também leques e ventarolas de reclame a casas comerciais, referentes ao Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (1898) e Centenário de Santo António (1895), etc.



Na visita a «Alfama à Noite»

Não tendo sido possível realizar a visita às obras dos estaleiros da construção da Ponte sobre o Tejo, terminou a actividade cultural do nosso ano com a visita a «Alfama à noite», efectuada em 2 de Agosto. Cerca de 130 pessoas deslocaram-se a Alfama, tendo seguido o itinerário já enunciado na «Feira da Ladra» do OLISIPO n.º 103. Esta visita deu ocasião a uma simpática e honrosíssima homenagem: o Sr. Vice-Presidente da Câmara e Presidente da Comissão para os melhoramentos de Alfama acompanhado dos restantes membros da mesma (engenheiros e arquitectos) lá se terem deslocado para nos receber. Esta notável homenagem deu origem — como é óbvio — a uma visita de agradecimento que o Secretário-Geral acompanhado dos Directores Fernando Dias Pereira, Dr. Alberto Gomes e Eng. Júlio

Eduardo dos Santos fizeram, dias depois, nos Paços do Concelho ao nosso ilustre consócio Sr. Aníbal David.

E assim numa romagem evocativa ao burgo de antanho terminou, num convívio fraternal, a nossa actividade cultural antes de férias.

O Grupo fez-se representar sempre em várias actividades culturais doutras colectividades e recebeu na sua sede a honrosa e amável visita de quatro directores da Associação Lisbonense de Proprietários que nos vieram oferecer a medalha comemorativa do seu 70.º aniversário. O relato circunstanciado desse notável acontecimento vem referido em especial noutro local deste número.

Na inauguração da lápida colocada em 21 de Agosto no prédio onde faleceu Gustavo de Matos Sequeira, a convite da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, a Junta Directiva fez-se representar pelo seu Presidente, Secretário-Geral e os Vogais, Dr. Alberto Gomes e Eng. Júlio Eduardo dos Santos, acompanhados pelo Presidente da Comissão de Contas, Sr. Mário Costa.

E. N.



A CENTRAL DA BAIXA **RESTAURANTE**

ÓPTIMO SERVIÇO DE COZINHA

PASTELARIA

SALA DE CHÁ

AR CONDICIONADO

CONSIDERADO OFICIALMENTE DE UTILIDADE TURÍSTICA

94, RUA ÁUREA, 98 — Telefones 320280/326674 — LISBOA-2

OFERTAS

Da Federação Nacional dos Produtores de Trigo:

Um volume comemorativo do 30.º aniversário da sua fundação — Lisboa, 1936;

Memorial do Produtor de Trigo — Lisboa, 1963;

Uma medalha de cobre comemorativa do seu 30.º aniversário, da autoria de M. Norte. No reverso vê-se reproduzido o Silo Portuário de Lisboa, encimado à esquerda pelo escudo da Cidade.

Do Sr. Júlio Vasconcelos Cordeiro:

Quatro postais olisiponenses;

Uma planta de Lisboa, editada pelo jornal *O Século*.

Do sócio n.º 450, Sr. Caetano dos Reis:

Quatro Almanques de Santo António (1955-57-58-59);

A Vida de Santo António, de Frei Brás Luís Abreu, reedição de Lisboa, 1895;

Uma monografia sobre Santo António dos Olivais — Coimbra, 1956.

Da Associação Lisbonense de Proprietários:

A medalha comemorativa do seu 70.º aniversário, da autoria de M. Norte e com legenda gravada de homenagem ao Grupo, como se refere na notícia neste número publicada.

O que tudo muito se agradece.

ERRATA

No artigo do Dr. Gilberto Monteiro publicado no n.º 102 de OLISIPO, a páginas 108, onde se lê *Barão de Telheiras Governador Civil* deve ler-se *Oficial-Maior do Ministério do Reino*.



Feira da Ladra



FICHEIRO

3. Grupo Desportivo do Pessoal da Fábrica Portugal

A «Sociedade de Recreio Operário da Fábrica Portugal» existia na última década do século passado na antiga Charca, hoje Rua do Forno do Tijolo.

Colectividade que durante anos desenvolveu diversas modalidades recreativas, mantinha uma banda de música com 30 figuras, que foi uma das melhores de Lisboa.

As despesas com o instrumental, renda de casa e a própria quotização dos seus cooperadores eram despesas custeadas pelo sr. Almeida, então proprietário da Fábrica.

A Sociedade fundada em 15 de Agosto de 1890, com a morte do seu «mecenas» entrou em declínio. Meio século decorrido — em 1 de Dezembro de 1939 — num almoço de confraternização entre alguns dos cooperadores da actual Fábrica Portugal foi deliberado fundar-se o «Grupo Desportivo do Pessoal da Fábrica Portu-

gal» que, além da acção desportiva tem desenvolvido meritória acção cultural por meio de visitas de estudo a monumentos e unidades fabris, um curso para educação de adultos, conferências, sessões de cinema, biblioteca e ainda mercê de um bem elaborado *Boletim* que vem editando.

Tão vasta acção tem sido possível graças a avultados auxílios da Administração da Fábrica e da quotização dos sócios, entre os quais figuram os próprios administradores.

A sede do Grupo está instalada na Rua de Arroios, próximo da Fábrica.

4. Sporting Clube da Penha

Da fusão de dois clubes — o «Vila-Candidense» e o «Oriental Atlético Clube» — resultou o «Sporting Clube da Penha», fundado em 8 de Dezembro de 1939 e cuja sede é na Rua da Penha de França.

Pratica várias modalidades, das quais se destacam o futebol, o ciclo-turismo e o campismo.

Dedicam-se também os dirigentes do popular clube à prática da beneficência, distribuindo às crianças pobres vestuário, calçado e, pelo Natal, bolos e brinquedos. Os pobres também não são esquecidos na sua generosa acção.

5. *Academia Recreio Artístico*

Existe na Rua dos Fanqueiros a «Academia Recreio Artístico», ali instalada desde 1890 — era então aquela a Rua da Princesa —, fundada em 15 de Agosto de 1855 no sítio do Desterro, próximo de um histórico convento onde já estiveram instalados o Hospital da Marinha, a Casa Pia de Lisboa e é hoje o Hospital do Desterro.

A colectividade chamou-se inicialmente «Academia Filarmónica Recreio Artístico» e teve a sua primeira sede na Travessa das Salgadeiras, onde morava um rapaz que foi dos seus fundadores o mais entusiasta, já artista notável e que veio a ser glória da cena portuguesa: António Pedro.

Pouco tempo depois, fixou-se na Rua do Socorro n.º 35-1.º, onde permaneceu cerca de 35 anos.

Nessa casa veio a dar-se a cisão que originou as colectividades «Marcos Portugal» — que deu lugar à «Guilherme Cossoul» — e a «Alunos de Enterpe».

No salão da sede actual debutou Júlia Mendes.

Duas lápidas nesse salão assinalam, uma os nomes de Lucília Simões, Chaby Pinheiro, Joaquim Almada, Erico Braga, Samwel Diniz, Adelina Campos e Fernando Pereira, artistas que honraram a colectividade, pisando o seu pequeno palco; a outra lápida recorda a passagem da Tuna Comercial de Lisboa por aquela sede, onde se manteve durante alguns anos, no segundo período da sua existência.

Embora iniciada por uma Filarmónica, a colectividade que quase de seu início se dedicou à Arte de Talma, desenvolve actualmente meritória acção de cultura e recreio, sem se alhear da beneficência, cujo núcleo se designou «D. Adelaide Silva».

Ao falar-se desta Instituição, é justo recordar-se o nome do grande pioneiro do associativismo que foi Júlio Silva, distinto amador dramático e a quem se deve a ideia da criação da «Federação das Colectividades de Educação e Recreio», organismo que ali teve a sua primeira sede.

Z. S.

Botões antigos

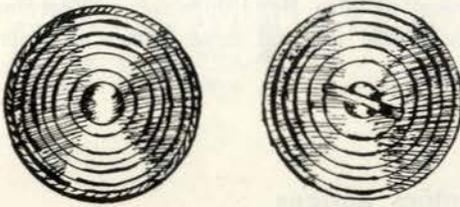
Desde há muito que existem os utilitários botões.

O homem talvez de início tenha utilizado, para fechar as peles que então usava para se cobrir, uns pequenos paus ou ossos, que presos pelo meio à pele enfiariam em pequenas fendas abertas no outro extremo, e, é provável que fosse esta a origem dos botões.

Mais tarde o homem, quando o seu desenvolvimento artístico se acentuou, é natural que tenha aperfeiçoado o botão fazendo-lhe pequenas incisões e procurando uma forma menos agressiva. Assim através dos tempos, o botão foi evoluindo até se obterem exemplares bastante belos, podendo estes serem considerados como peças de valor ou mesmo como jóias, não só pelos metais ricos com que eram executados, como pelas pedras preciosas que neles eram incrustadas, como ainda pela beleza, cuidado de acabamento e aspecto artístico que lhes era dado.

No nosso País há vários botões que chegaram até nós provenientes dos tempos antigos. Eu mesma, possuo dois que foram classificados como placas de ornamentação do vestuário da época, cerca de mil anos antes de Cristo, e são eles em ouro, de forma arredondada, aproximadamente com dois centímetros de diâmetro. Um pequeno pé serve para serem

presos ao vestuário. Pequenos círculos concêntricos ornamentam-nos, e, a sua sobriedade e fino acabamento tornam agradável o seu aspecto.



Dada a riqueza do metal é de admitir que estes botões não só servissem de ornamento como também de valor comercial. Uma fase pré-monetária que se aproximava já muito daquela que tão largos horizontes viria a ter, quer no campo económico como político dos nossos dias.

As duas placas que possuo provêm dum achado arqueológico constituído por oitenta e oito peças de ouro, semelhantes, encontradas na herdade denominada de Ruy de Castro, propriedade de Ernesto Mexia de Almeida, no lugar de Fortios, cerca de 10 quilómetros de Portalegre, no princípio do ano de 1938, duas das quais foram oferecidas a meu irmão Dr. Jorge Pereira da Gama, que por sua vez, por serem muito do meu agrado, as ofereceu para a minha colecção de moedas e medalhas.

A. M. P. da Gama

«Feira da Ladra»

III

A «Feira da Ladra» honra-se de apresentar hoje alguns dos teatros de Lisboa através dos prospectos dos seus espectáculos. São, do Príncipe Real, que depois se chamou Apolo e foi demolido não há muito tempo. Casa de espectáculos dos

mais variados géneros, desde a comédia burguesa, do drama social, da tragédia de faca e alguidar à revista e até à opereta, este teatro serviu mais que nenhum outro toda a qualidade de público e todas as estirpes de artistas. Nos últimos tempos da sua longa existência, já quase a cair de velho, ainda nos deu muitos e belos espectáculos do teatro ultra-moderno — que ironia! — da célebre companhia brasileira da divina Della Costa.

Atente-se o anúncio da revista *Ó da Guarda*, com quadros novos, imagine-se o picante das suas piadas, as pernas das suas «girls» e a liberdade dos seus comentários políticos. *O tempora, o mores!*...

Na velha Rua da Palma, onde nasceu e morreu o Apolo, existiu o Real Coliseu de Lisboa. Quem se lembra dele? Tinha as suas raízes bem fundas no terreno onde hoje estão grandes edifícios modernos, entre o Socorro e o chafariz do Desterro. Circo, variedades, opereta e ópera e tudo quanto podia encantar o público por pouco dinheiro. A documentar o que vimos de dizer se apresenta o cartaz recheado de belos nomes italianos do eternamente belo *Barbeiro de Sevilha*, que os espectadores fixavam na memória e cantarolavam como hoje gritam ou murmuram as músicas de «jazz» ou do «twist».

Vejamos agora o Trindade, cujos restos ocupam ainda hoje o que foi o bom edifício com a sua fachada principal voltada para uma rua-travessa que se chama largo da Trindade. Há muito tempo que uma boa talhada foi vendida à Companhia dos Telefones e o restante do que foi um bom teatro chega para o pouco uso que tem. Por lá se fazem hoje ainda algumas exibições simpáticas de iniciativas ainda mais simpáticas. Foi em tempos uma sala de Lisboa que pertencia a todos e onde todos se educavam com o bom teatro, as conferências por lisboetas



célebres, as exposições de arte, os concertos, e os agrupamentos estrangeiros e nacionais por lá passaram a agitar e a valorizar a vida lisboeta no nobre desígnio de elevar o meio. Vizinho próximo doutro teatro, nosso, muito nosso, o Ginásio, onde a comédia era realizada por grandes comediantes, que a representavam no palco e na rua em intimidade com os seus admiradores, nesse tu cá, tu lá que fundamenta o prazer da vida social entre grandes e pequenos, o público de Lisboa ia a um e a outro sob o encanto prévio de ver os seus ídolos artistas, da arte de representar, a arte dramática.

Usava-se então realizar *benefícios*, ou seja espectáculos em favor de alguém pobre, singular ou plural, colectivo ou individual em que os bilhetes eram vendidos pelos interessados num «cravango» directo ou por intermédio doutrem para com o saldo da festa salvar uma situação económica difícil. Os bilhetes que restavam eram vendidos na rua ou na bilhe-

teira à «última da hora» por preços muito baixos, o que vinha facilitar a outros probres o poderem assistir a uma peça de bom teatro por preço acessível à sua débil bolsa. Havia público sempre, havia sempre teatro, havia actores, havia peças portuguesas e havia tradutores para as que eram estrangeiras.

Este papelinho anuncia *A Preta do Mexilhão*, uma revista no Trindade. Era para o dia 5 de Dezembro de 1904. Haveria muita música leve, muita risota, boa laracha... e assim consagrar-se-ia uma figura popular que desapareceu, a preta do mexilhão; essa preta que quase sempre era branca, percorria as ruas da nossa Lisboa a apregoar em cantilena de aspecto creoulo a boa caldeirada do marisco, picante e abundante em molho que a tornava económica pela porção de pão com que as donas de casa faziam a sopa para empapar a barriga da família. *A Preta do Mexilhão*, que bom monumento para o folclore de hoje...

Atente-se no anúncio e admire-se a audácia senão o descaramento da empresa. A peça não é uma revista mas sim uma paródia, nada mais nem menos, que à obra-prima de Verdi, a *Aida!* Era preciso representar e satisfazer o espectador. Neste anúncio há ainda a marcar o desconcerto dos números-complementos para os intervalos, não fosse o público se julgar lesado, dois números de *belcanto* e um assalto de esgrima pelos filhos do célebre mestre de armas António Martins. Em cheio como espectáculo por pouco dinheiro.

Quando se evoca o Trindade evoca-se a opereta e os seus artistas. O *Sonho de Valsa*, *A Princesa dos Dólares*, *A Viúva Alegre* e não refiro nomes de actores ou actrizes por desnecessário, todos nos merecem o mesmo preito.

Um último papel a ilustrar o conjunto é o programa da homenagem ao grande mestre da arte de representar, o actor José Carlos dos Santos, conhecido pelo «pitorra», sem que essa alcunha estivesse em relação com seu físico que era o de um homem elegante e alto e não o que a alcunha poderia pressupor. Actor de vocação, foi grande, célebre e mestre até ao fim da sua vida em 1886. Na festa que consta do programa, entra o filho também actor Carlos Santos, e também grande, mestre no Conservatório de Lisboa e pertencendo à companhia do Teatro Nacional Almeida Garrett onde se inauguraria o busto do Pai que ainda nós lá vemos. Este teatro que começou por ser D. Maria II, passou a ser Casa de Garrett e agora outra vez D. Maria II, é um templo de arte que tem resistido a todas as arremetidas dos politiquetes e lá está imponente na arquitectura clássica a decorar o nosso Rossio, sob a égide da grande artista Rey Colaço.

Há meio século, já o teatro declinava e a vida social se modificava mercê de

novos costumes, novos gostos e sobretudo de uma nova concepção económica. A 1.^a guerra e com ela a primeira onda de internacionalização. O teatro estava entre nós a realizar as últimas resistências ao cinema invasor, exótico e despótico; o internacionalismo proporcionando ao espectador uma grande sessão com vistas esplendorosas de países distantes dava-lhe a ilusão de viajar e ao mesmo tempo uma indigestão de geografia com corridas emocionantes durante 3 horas e baratinho. Sessões permanentes, comédias sem nexos, com «vamps» e «gangsters», lutas terríveis entre peles vermelhas e «cow-boys», muitos beijos e muitos socos, dramas históricos anacrónicos, substituindo a verdade e a lógica pela riqueza da indumentária e o pobre teatro artístico, aquele que vem desde os Gregos até hoje em todas as línguas e em todas as civilizações nobre, digno e altaneiro vê-se substituído e depois esquecido. Entretanto o baratinho tornou-se carinho!

Adeus arte e recreio do povo, o teatro e os seus artistas onde ele se revia porque compreendia. A sua acção sobre os espectadores era o fomento de uma arte dramática mais modesta mas talvez mais sincera, a dos amadores nos teatros de bairro a par da filarmónica, onde a imitação dos ídolos da ribalta era o estímulo do «furioso» que mais tarde poderia dar o profissional.

Resta-nos a nós e aos do tempo do bom teatro o ficarmos no «suspense» e é o que fazemos.

Gilberto Monteiro

Aguarela de Santa Clara

Ao entrar no Campo de Santa Clara pelo arco de S. Vicente, depois de atravessar por entre a turba pitoresca e dolo-

rosa de aleijadinhos, de cegos que tocam guitarra, de pobres mulheres que vendem limões ou bolos, reminiscência anacrônica no tempo de hoje, temos diante de nós, visto do seu ponto mais alto, a Feira que se espalha em tentáculos, ruidosa, sórdida e colorida na chapada do sol. Entre a cúpula de Santa Engrácia e os beirais vetustos de S. Vicente esvoaça um bando de pombos. Ao longe espelham as águas azuis e barrentas do Tejo.

Sob os toldos remendados estende-se nas bancadas uma miscelânea de objectos de toda a qualidade: antigos e falsos antigos, com utilidade e sem utilidade nenhuma, coisas velhas ou simplesmente modernas.

Vê-se um leque de velha seda bordada, já desfiada e suja, ao lado duma grafonola poeirenta; mais além, uma estatueta meio lascada dentro daquela bojuda terrina, talvez saudosa de gordas canjas à portuguesa...

Mas os algibebees predominam aqui. E as tendas de roupas e calçado novos e em segunda mão repetem-se monotonamente ao longo das ruas.

A gente passa lentamente e pára passando para as antiquilhas mais ou menos extravagantes, coisas anónimas, das quais ninguém conhece a origem ou o fim!... Aparece um ou outro conspícuo senhor que observa, sopesando e apreciando, e desanda sem comprar nada...

Numa encruzilhada, no meio de apertada assembleia de povoleu, um vendilhão elogia com sotaque carregado as qualidades raras do seu artigo. Mais além um homem gordo com um tabuleiro diante de si, rompe súbitamente a gritar num vozeirão avinhado insultando os circunstantes. Algumas senhoras estrangeiras discutem como podem o preço dum candeeiro de latão; em volta delas, rapazinhos maliciosos como pequenos faunos, imitam a algaravia dizendo obscenidades, divertidíssimos!...

Por detrás das tendas jaz um destroço de velhos baús, papéis e serapilheiras; há mesmo pratos sujos do almoço, pelo chão. E no meio disto, indiferentes, quatro feirantes em volta de um caixote jogam uma «sueca» renhida...

Marcial Pereira Mendes



ÍNDICE

DO 26.º VOLUME

1963



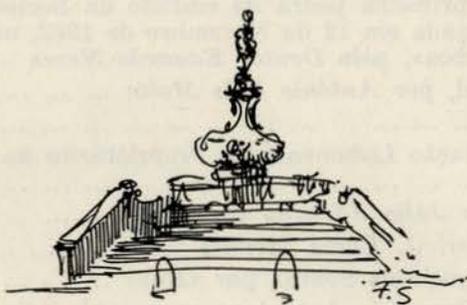
	Pág.
Actividade Cultural durante o ano de 1962... ..	58
Actividade Cultural (por trimestres)	47, 122, 160 e 201
A Exposição Antoniana no Grupo «Amigos de Lisboa» (catálogo sintético)	155
A Freguesia dos Olivais, por <i>Ralph Delgado</i>	32
Alfama (soneto), por <i>Teodoro Lopes Ramos</i>	97
Alvará e Estatutos duma Associação de Socorros Mútuos, talvez a primeira que existiu em Lisboa — 1845 —, pelo <i>Dr. Gilberto Monteiro</i>	107
Bocas de fogo históricas do Museu Militar, por <i>General Pereira do Vale</i>	67
Coronel Pereira Coelho	65
Corpos Gerentes (eleição suplementar)	121
Curioso aspecto de Lisboa nos começos do século XIX, por <i>Júlio Eduardo dos Santos</i>	94
Discurso proferido na sessão solene comemorativa do 50.º aniversário do lançamento da primeira pedra do edifício da Sociedade «A Voz do Operário», realizada em 12 de Novembro de 1962, na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	3
Esculturinhas de papel, por <i>António Luís Moita</i>	46
«Feira da Ladra»... ..	51, 125, 166 e 206
Homenagem da Associação Lisbonense de Proprietários ao Grupo «Amigos de Lisboa»	175
Joaquim Casimiro, por <i>Júlio Eduardo dos Santos</i>	11
Lisboa — 1858, pelo <i>Dr. J. Caria Mendes</i>	102
Lisboa na obra de Figueiredo Sobral, por « <i>Ego</i> »	45
No encerramento da Exposição Antoniana, promovida pelo Grupo «Amigos de Lisboa»: homenagem à memória do Coronel Pereira Coelho — Discurso do Director Secretário-Geral, <i>Doutor Eduardo Neves</i>	171
O «Cenáculo Tábua Rasa» e os «Amigos de Lisboa», pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	41
«Ocidente»: homenagem pelo seu 25.º aniversário	121 e 165
O Cruzeiro de Santo Estêvão, por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	99
Ofertas ao Grupo «Amigos de Lisboa»	55, 121 e 205

	Pág.
O lugar de Marvila e a Quinta da Mitra, por <i>Ralph Delgado</i>	131
Relatório da Junta Directiva relativo ao ano de 1962, seguido do respectivo Parecer da Comissão de Contas	111
Sócios admitidos no 2.º semestre de 1962	57
Sócios entrados desde o princípio de 1963	128
«Sport Lisboa» e «Sport Lisboa e Benfica» (Dois números «um» de dois periódicos lisboenses), pelo <i>Dr. Giberto Monteiro</i>	150
Um tinteiro de Raphael Bordallo Pinheiro, pela <i>Dr.ª Ana Maria Pereira da Gama</i>	148
Uma casa de Alfama, pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	177
Uma sugestão	198
Uma preciosa Capela desconhecida do grande público, por <i>D. Maria de Cabedo Cardoso</i>	142
Uma relíquia setecentista em via de desaparecer, pelo <i>Brigadeiro Dr. Mey- relles do Souto</i>	78

Capas:

- N.º 101 — Reminiscências de Alfama, por *Figueiredo Sobral*
- N.º 102 — Perspectiva de Alfama, por *José A. Videira*
- N.º 103 — Escolas Gerais (Alfama), por *José A. Videira*
- N.º 104 — Sé e Casa dos Bicos, por *José A. Videira*

Vinhetas de *Figueiredo Sobral*



BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7

Telef. 321368 - 321227 - 30054 — LISBOA

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas:

550 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES
MARÍTIMOS
E AÉREOS

AGENCIA DE TURISMO

CARVÃO, SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
FOLHA DE FLANDRES
E AÇÓIS
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58

• Telef. 32 86 63

• LISBOA

Pérola do Rossio

L i m i t a d a

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 · Lisboa · Telef. 32 07 44

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvária, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●
**Rua Augusta, 161 - Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

**Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo 70 · Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

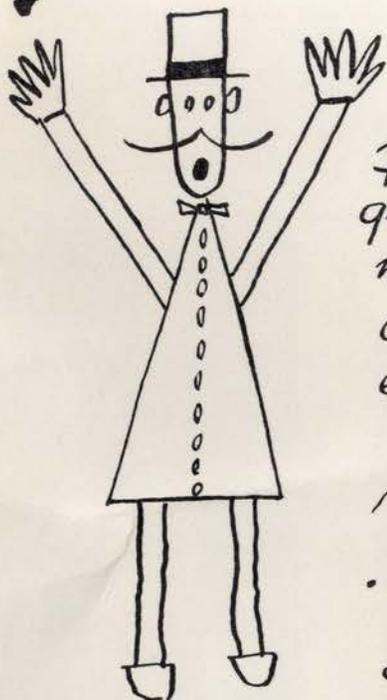
Director-Geral

Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães



posso garantir
que os anúncios
nos bilhetes dos
carros eléctricos
e dos autocarros
são bons
... e baratos.
*
Peça informações



CARRIS-PUBLICIDADE

CALÇADA DA BICA PEQUENA, 4 - LISBOA 2 - TEL. 55035

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL